

1.29 • Conjuntura internacional

DUTERTE E A CULTURA POLÍTICA NAS FILIPINAS¹

Nuno Canas Mendes

EXISTE UM ESTILO DE ATUAÇÃO POLÍTICA a que possamos chamar Dutertismo (termo proposto por Randy David)? Ou uma cultura política específica das Filipinas conjugada com uma tendência global para a afirmação dos personalismos? As perguntas não se excluem mutuamente, como procuraremos demonstrar. O fenómeno tem sido visto por alguns como a afirmação de um neautoritarismo (Theehankee, 2016) ou mesmo de um caudillismo (Heydarian, 2017), mas a sua afirmação e liderança começam por ser uma hábil condução da oposição continuidade/mudança, do desgaste causado pelos problemas do quotidiano e do que alguns têm chamado de *democracy fatigue*. Duterte dá eco e voz aos oprimidos, à ideia de que a impunidade é intolerável e que o *status quo* deve ser revisto. Promete uma revolução que ele conduzirá, com violência se necessário for. É uma espécie de xerife, eleito com 39% dos votos, a uma distância de 15,5% de Manuel Roxas II, do Partido Liberal (continuador de Aquino III). É o apresentador de um *reality show* na guerra contra as drogas e um homem que usa a linguagem e fala para o povo, mas também tem recebido o apoio do Makati Business Club (onde estão representadas as maiores empresas do país), pela sua política económica liberal embora nacionalista, para além de que não prescinde da ligação às elites (nomeadamente aos clãs familiares dos antigos presidentes Marcos, Estrada e Arroyo). O tom salvífico, quase messiânico, que tem adotado surte efeito na continuidade do apoio que as sondagens vão revelando. Duterte não pertence a nenhuma das dinastias políticas que formam a oligarquia e neste sentido representa um corte importante com o passado, embora a sua ação de aproximação aos desfavorecidos seja a face mais histrionicamente visível de uma abordagem que percorre vários segmentos sociais.

O contexto histórico-político

As Filipinas têm uma história peculiar desde que se estabeleceu o domínio colonial espanhol, exercido à distância e feito através da Igreja e dos *mestizos*, a elite derivada da fusão com comerciantes chineses, de que resultou uma situação do tipo oligárquico que se estende até aos nossos dias. Atualmente, 40 famílias arrecadam 76% da nova riqueza criada e 178 dinastias políticas dominam 73 de 81 províncias e ocupam a maioria – 70% – dos lugares eleitos da legislatura. No fim de Oitocentos surgiu um movimento nacionalista ímpar na região, que proclamou a independência na viragem do século (1899), a qual teve uma curta duração, efeito da cedência das Filipinas aos Estados Unidos da América (EUA). Durante esta colonização foi aprovada uma Constituição (1935) decalcada do modelo americano, embora molda-

da à realidade local e atribuindo poderes amplos ao presidente. Esta originalidade deixou marcas importantes na formação de uma cultura política.

“
Duterte veio dar voz à classe média, à elite e aos pobres e, neste sentido, tocou transversalmente a sociedade filipina. A frustração abriu o caminho a Duterte.
 ”

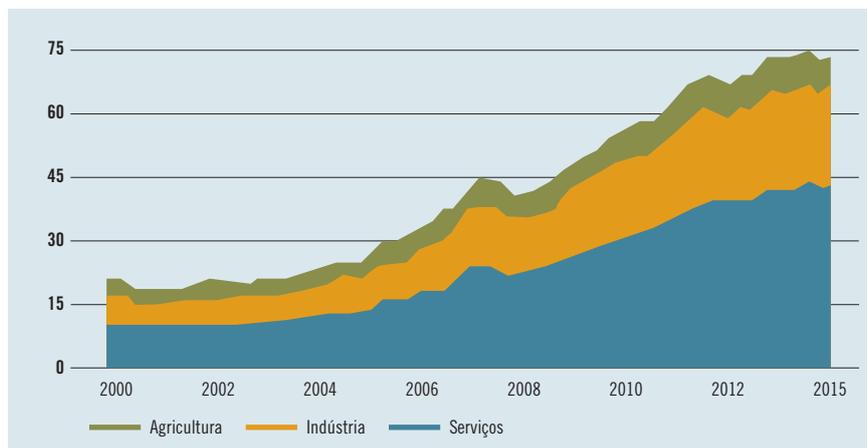
Com efeito, séculos de uma preponderância da oligarquia dos *mestizos*, que marcou quer a administração espanhola quer a americana, uma relação paternalista e hierárquica entre a população e a classe política, com a Igreja Católica e o Partido Comunista como esteios fundamentais na estrutura do poder, contribuíram para uma história política marcada pela existência de figuras presidenciais que adotaram estilos mais ou menos personalistas, com perfis que oscilam entre traços dominantes de autoritarismo, corrupção e clientelismo. Esta tendência histórica é curiosamente pontuada pela necessidade de impor cortes. Tal foi o caso de Ferdinando Marcos que, num estilo de cacique “nacional”, com a sua Nova Sociedade, criou uma retórica para defesa do *status quo* e para impor um autoritarismo que protegeria o país dos desmandos tanto dos oligarcas como dos radicais e comunistas (uma “revolução” feita a partir do “centro”, incluindo 14 anos de Lei Marcial), mas também o de Corazón Aquino, advogada da honestidade, que resgatou uma legitimidade democrática referen-

dando uma nova Constituição, na sequência da People Power Revolution (1986), que culminaria na adoção de um “regime reformista”. Neste espetro destacou-se Joseph Estrada, eleito na sequência da crise de 1997, que apelou aos pobres e à necessidade de fazer reformas sociais, uma espécie de Robin dos Bosques maculado pelo abuso de poder e pelo envolvimento em esquemas de corrupção que acabaram no início de um processo de *impeachment* e na apresentação da demissão. Duterte veio provocar uma ruptura face à “incompetência” do seu antecessor Benigno “Noynoy” Aquino III, não obstante o crescimento económico e a estabilidade política que caracterizaram a ação governativa deste, previsivelmente não isenta de escândalos de corrupção e da ocorrência de uma criminalidade de que resultou um mal-estar social associado à frustração pelo incumprimento da via reformista. A sensação de que tudo se manteve inalterado criou espaço de afirmação para Duterte, que veio dar voz a uma classe média cada vez mais descontente com o comportamento da oligarquia, tendo também granjeado apoio entre a elite e os pobres e, neste sentido, tocado transversalmente a sociedade filipina. A frustração abriu o caminho a Duterte.

Indicador	Base (%) 2016	Objetivo (%)
Crescimento do PIB	6,8	7-8 (2019)
Taxa de pobreza	21,6	14 (2022)
Taxa de desemprego	4,7 (out. 2016)	3-5 (2022)

“Real change”: objetivos de política económica fixados por Duterte

Fonte: *Nikkei Asian Review*, 09.03.2017



Produto Interno Bruto por setor nas Filipinas (milhares de milhões de dólares)

Fonte: *The Economist*, 14.05.2016

O discurso e a agenda política

O que é que no discurso de Duterte se aproxima das tendências globais? A defesa do nacionalismo e do *anti-establishment*. Com uma experiência autárquica em Davao (na turbulenta ilha de Mindanao e muito distante da “Manila imperial”), portanto integrado no meio político, há mais de duas décadas, fez mote da sua campanha para presidente a restauração da lei e da ordem, admitindo, para o efeito, tomar medidas mais extremas. Uma vez eleito, decretou a lei marcial e praticou inúmeras execuções extrajudiciais (estimando-se entre 7000 a 10 000).

A agenda política de Duterte tem sido pontuada por imprecações e insultos a figuras destacadas, instituições ou países (Papa Francisco, Barack Obama, Nações Unidas, União Europeia, Tribunal Penal Internacional, EUA), mas também por questões como a luta contra o tráfico e consumo de estupefacientes, a corrupção, a repressão da rebelião da Moro Islamic Liberation Front (MILF) e o problema da sua ligação ao ISIS. Ao organizar uma cerimónia fúnebre de homenagem a Marcos, que foi enterrado no Cemitério dos Heróis Nacionais, assumiu, assim, que se situa na linha-gem daquele líder. No plano da política externa, Duterte tem dado destaque à disputa em torno do mar do Sul da China e à necessidade de melhorar o diálogo bilateral sobretudo em torno da construção de infraestruturas, assim como tem diligenciado diminuir a dependência face aos EUA, objetivo difícil de alcançar tanto na dimensão comercial como na securitária. A lógica de jogar no equilíbrio de poderes é a abordagem habitual do Sudeste Asiático e nas Filipinas ainda mais por efeito da sua história.

Duterte, líder do Partido Demokratiko Pilipino–Lakas ng Bayan (PDP–Laban), e em conformidade com o programa deste, tem abraçado causas típicas da esquerda e ele próprio se classifica como socialista: os direitos dos trabalhadores, os abusos do patronato, a injustiça da discriminação das minorias. Mas fá-lo de modo desconcertante pela truculência performativa de quem deliberadamente ignora as boas maneiras, alimentando os *media* e mesclando as tiradas do politicamente incorreto com práticas de desrespeito pelos direitos humanos e pelas instituições judiciais, tendo em conta o elevado número de mortos em consequência da sua luta contra o crime. Desta dialética, porém, não ficam de fora as provas que já deu de dedicação ao serviço público, à frente de um município e enquanto exerceu esse cargo, o lançamento de um programa dedicado às minorias, tendo melhorado substancialmente a qualidade de vida dos habitantes de Davao. As promessas eleitorais, numa campanha muito conseguida, foram dirigidas aos vários perfis de eleitores, também de acordo com a região, em temas tão amplos como a segurança, a eficiência governativa, a autonomia política, as infraestruturas ou o aumento do rendimento, temas bastante transversais para públicos diferentes, alguns que tocam muito diretamente o quotidiano, como a desigualdade social ou o tráfego rodoviário.

Na atual conjuntura, há vários fatores que lhe são favoráveis: a economia tem dado sinais de vitalidade (níveis de dívida sustentáveis, taxas de juro moderadas, balança comercial equilibrada, inflação controlada) e tem apresentado taxas de crescimento muito positivas, acima de 6% (depois de décadas em que a desigualdade e a pobreza obrigaram muitos filipinos a abandonar o seu país para trabalharem no estrangeiro). Outros fatores são menos favoráveis: a classe média representa menos de 10% da população, a corrupção continua a ser um mal endêmico e a segurança pública é pouco satisfatória. De resto, a taxa de desemprego continua a ser a mais alta do Sudeste Asiático e a economia assenta nos serviços, no retalho, nas remessas dos emigrantes e em atividades especulativas, como o imobiliário.

“
As promessas eleitorais (...) foram dirigidas aos vários perfis de eleitores (...), em temas (...) como a desigualdade social ou o tráfego rodoviário.

”

Se vai ser capaz de introduzir *real change*, como anunciou, para além de produzir *soundbites*, ainda está para ser visto: a descentralização federalista para a diminuição das assimetrias regionais, a paz e a inclusão dos insurgentes comunistas e os separatistas islâmicos de Mindanao, aumentar a produtividade agrícola ou dar ênfase à industrialização são alguns dos tópicos em que a sua capacidade transformativa será testada. A composição do seu Governo e a *entourage* burocrática parece indiciar uma tendência para dar continuidade à política macroeconómica do seu antecessor. As elevadas expectativas que criou deixam-no com um fardo maior, centrado na muito superlativamente substantivada “supressão” do crime organizado e na campanha antidrogas, que não é um objetivo alcançável num ápice e que pode até ter efeitos contraproducentes pela dureza dos métodos usados (com um sistema judicial disfuncional e a polícia desacreditada); de igual modo, vai ter de lidar com as críticas que a Igreja Católica lhe tem dirigido e com os ataques dos *media* que sem esforço o acusarão de autoritarismo, pelo que não poderá ignorar as instituições ou a lei. A maioria de que dispõe no Congresso deixa-lhe, no entanto, uma margem larga de conforto. ■

Notas

¹ Agradeço as sugestões de leitura a David Camroux (Sciences Po, Paris) e a recolha de informação a Daniela Martins, bolsreira de investigação no Instituto do Oriente.

Referências

- DAVID, Randy (2016) – Duterteismo, Inquirer.Net, <http://opinion.inquirer.net/94530/dutertismo>, consultado em 06.05.2018.
- HEYDARIAN, R. (2017) – “Asian Fury: Rodrigo Duterte and the Populist Backlash Against Globalization”. *Harvard International Review*, 2 de setembro. Disponível para consulta em: <http://hir.harvard.edu/article/?a=14560>. [Acesso a 26 de abril de 2018].
- Idem (2017) – “The Rise of Duterte: A Populist Revolt Against Elite Democracy”, https://aparc.fsi.stanford.edu/sites/default/files/book_talk_the_rise_of_duterte_standford.pdf [acesso a 6 de maio de 2018].
- MENDES, Nuno Canas (2005) – *A multidimensionalidade da construção identitária em Timor-Leste*, Lisboa: ISCSP, pp. 472-482.
- THEEHANKEE, Julio C. (2016) – “Weak State, Strong Presidents: Situating the Duterte Presidency in Philippine Political Time”, *Journal of Developing Societies* 32, 3: 293-321.